

Procedimentos Contabilísticos e o Controlo Interno nas Pequenas Empresas.

Accounting Procedures and Internal Control in Small Business.

Carlos Carvalho¹

Carlos Quelhas Martins²

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema do controlo interno nas empresas e a importância que a contabilidade através dos procedimentos contabilísticos poderá ter nesta temática, dando especial relevo às micro e pequenas empresas que representam uma parte muito significativa da economia portuguesa. Efetua-se um enquadramento teórico dos conceitos inerentes à abordagem do tema, são definidos também os objetivos a atingir e aquilo que se pretende atingir no futuro com este estudo. Será apresentada a relação entre o controlo interno e os procedimentos contabilísticos e a importância de ambos na gestão das micro e pequenas empresas em virtude das dificuldades que estas apresentam inerentes à sua dimensão e recursos limitados. Com a realização de um questionário, dirigido aos técnicos oficiais de contas pretende-se averiguar através destes se os procedimentos contabilísticos podem contribuir para melhorar o controlo interno nas micro e pequenas empresas e procuramos também apurar o nível de conhecimento e sensibilidade dos empresários portugueses para o controlo interno e a importância dos procedimentos contabilísticos neste contexto. Foi possível concluir que existem deficiências de controlo interno nas micro e pequenas empresas e que a contabilidade, através dos procedimentos contabilísticos, poderá contribuir para uma melhoria nos sistemas de controlo interno das empresas. Conclui-se também que os gestores destas empresas não atribuem grande importância à contabilidade e ao controlo interno.

Palavras-chave: Procedimentos contabilísticos, controlo interno, sistemas de controlo e organização, eficiência administrativa, organização contabilística.

¹ Mestrado em Contabilidade e Finanças – ISCAP, carloslucas2@gmail.com

² Doutoramento em Gestão; Professor Especialista em Contabilidade; TOC Especialista em Contabilidade Financeira; Coordenador da Licenciatura em Contabilidade no ISVOUGA, carlosamartins@net.sapo.pt

Received on: 2014.12.18

Approved on: 2015.03.23

Evaluated by a double blind review system

INTRODUÇÃO

A economia portuguesa apresenta algumas particularidades que a diferencia das restantes economias europeias, espaço este onde se encontra integrada e muitas vezes sujeita a comparações de índices de desenvolvimento e competitividade. Uma dessas particularidades consiste no facto de ser constituída maioritariamente por empresas de pequena dimensão. Este tipo de empresas possui estruturas menos desenvolvidas e recursos limitados revelando dificuldades quando confrontadas com cenários de crise económica e uma maior vulnerabilidade aos fatores externos.

O sector empresarial não financeiro português é constituído na sua esmagadora maioria por micro e pequenas empresas, compreendendo 99,37%³ do total das empresas. São estas empresas que empregam 63,77% da força produtiva nacional e representam 49,52% do volume de negócios produzido.

Perante estes dados pode-se verificar que estas empresas têm um forte peso na economia nacional e uma importância que não pode ser disfarçada. São também estas empresas que atualmente atravessam maiores dificuldades, porque não têm estruturas adequadas, nem estão preparadas para as adversidades que uma crise da dimensão da que estamos a atravessar provocam. Estas dificuldades surgem por diversos motivos destacando-se aqui dois desses fatores. Por um lado, o facto de muitas das empresas não possuírem nos seus quadros pessoas tecnicamente habilitadas para definir estratégias de gestão que permitam encontrar alternativas aos cenários de dificuldade e por outro, o facto de, regra geral, estas empresas não possuírem recursos financeiros para contratar esses quadros técnicos especializados. Em alguns casos também se poderá colocar a questão de muitos dos gestores dessas empresas nem sentirem essa necessidade por falta de conhecimentos.

No entanto e por exigência legal, todas as empresas são obrigadas a possuir contabilidade organizada e neste sentido necessitam de um departamento qualificado que execute este serviço. Esse departamento pode ser interno ou externo, em regime de *outsourcing*. Desta forma as empresas acabam por indiretamente possuir alguém com

³ Fonte: INE: Empresas em Portugal 2009, pág. 12

capacidades técnicas para auxiliar na recolha de informação e preparação da mesma no sentido de prestar apoio à gestão e contribuir para a sua eficiência.

Como pode ser visto em AICPA (2007), *AU Section 319*, as demonstrações financeiras estão relacionadas com as atividades de controlo interno, estando estes dois no processo de prossecução dos objetivos da organização e neste sentido a contabilidade, como ferramenta de recolha e tratamento da informação para construção das demonstrações financeiras pode ajudar a desenvolver procedimentos que nestas empresas auxiliem a criar métodos de controlo e assim aumentar os níveis de eficiência destas.

Neste contexto, este artigo apresenta um estudo, que visa evidenciar a relevância que os procedimentos e as práticas contabilísticas poderão ter junto destas empresas, no apoio que pode ser fornecido à gestão e também ao nível do seu contributo para o controlo interno.

Pretende-se também demonstrar que esta importância cresce quando se trata de micro e pequenas empresas, em que conforme foi referido os recursos são mais reduzidos e o apoio fornecido pela contabilidade pode contribuir para o aumento da eficiência e do controlo interno nestas empresas, cooperando assim para o sucesso da gestão.

A escolha deste tema deve-se ao facto de que a experiência profissional acumulada demonstra que as micro e pequenas empresas apresentam órgãos de gestão com um menor nível de conhecimentos na área da gestão e conseqüentemente no controlo interno, que muito prejudica o desenvolvimento da atividade das organizações.

PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO

No contexto de crise atual em que vivemos, as empresas têm vindo a aperceber-se de muitas das limitações que têm ao nível da sua gestão. Os mercados tornam-se cada vez mais exigentes e o nível de eficiência das empresas é levado ao máximo para conseguirem sobreviver. Neste sentido este trabalho procurará abranger dois temas que se encontram relacionados, a contabilidade, mais concretamente os procedimentos contabilísticos e o controlo interno, sendo o objetivo principal descrever a importância que o primeiro tem sobre o segundo e até que ponto a relação dos dois pode contribuir para uma maior eficiência da gestão.

1.1 Controlo interno

A definição de controlo interno surge em 1972 atribuída pelo (AIPCA) *American Institute of Certified Public Accounts* e compreende o controlo administrativo e o controlo contabilístico, ou seja, atribuiu especial relevo à área financeira. Esta definição foi sofrendo uma evolução e em 1985 a monografia “*Control: Its meaning and implications for the professional practice of internal auditing*” identifica cinco objetivos principais para o controlo interno, confiança e integridade na informação, conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos, salvaguarda dos ativos, utilização económica e eficiente dos recursos, realização dos objetivos estabelecidos para as operações ou programas. Em 1987 surge uma entidade que se ocupará do estudo do controlo interno, o COSO (*Committee of sponsoring organizations*). Em 1992 esta entidade publica a atual definição de controlo interno em “*Internal control – integrated framework*” COSO (2013) onde é referido que o controlo interno auxilia as organizações a atingirem os seus principais objetivos, assim como melhorar a sua performance. Nesta obra é apresentada a definição de controlo interno como o processo colocado em prática por um grupo de diretores, gestores e outros profissionais de uma entidade, concebido para atingir com uma segurança razoável os objetivos propostos ao nível das operações, o reporte das mesmas e a sua conformidade.

Contudo a definição de controlo interno apresentada foi sendo completada pelos diversos autores que estudam esta temática e com a evolução dos fatores económicos que obrigaram a uma alteração da abordagem ao tema, foi adquirindo especial relevo nos períodos de crises económicas, quando as falhas/erros nas empresa/organizações são vistas com maior preocupação por parte dos órgão de gestão ao perceberem que os resultados e objetivos propostos não serão alcançados.

A norma emitida pelo IFAC (*International Federation of Accountants*) com vista a identificar e avaliar os riscos de distorção por meio da compreensão da entidade e do seu ambiente, a ISA (*International Standards on Auditing*) 315, define controlo interno como:

“O processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e

cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis. O termo “controles” refere-se a quaisquer aspetos de um ou mais dos componentes do controlo interno.”⁴

Segundo a Diretriz de Revisão/Auditoria - DRA 410⁵ a definição de SCI (Sistema de Controlo Interno) consiste na totalidade de políticas e procedimentos colocados em prática por uma organização para que os objetivos da gestão sejam atingidos, contribuindo também para a orientação ordenada e eficiente do negócio, a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de ativos, a prevenção e deteção de fraude e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos, assim como a preparação tempestiva de informação financeira fiável.

Na linha do descrito no parágrafo anterior Almeida (1996) apresenta uma definição de controlo interno como sendo o conjunto de métodos e procedimentos realizados numa organização, com o objetivo de proteger os seus ativos, assim como auxiliar a construção de demonstrações financeiras com elevado grau de confiança e contribuindo para a tomada de decisão dos órgãos de gestão dessa organização.

Por outro lado Oliveira e Linhares (2006) referem que para uma boa gestão empresarial é necessário existirem técnicas para identificação, avaliação e controlo de riscos, não sendo possível uma boa gestão sem um eficaz controlo interno. É importante que os gestores vejam a mitigação dos riscos como uma forma de criar valor para os acionistas. Neste contexto Chiavenato (1993) apresenta três significados para a palavra controlo numa ótica administrativa:

- Controlo restritivo ou coercivo que consiste na limitação de ações e comportamentos não aceites na organização, apresentando características negativas ou limitativas;
- Controlo regulador automático que consiste nos métodos e procedimentos criados para a deteção de desvios e aplicação automática da correspondente correção para que se verifique o regresso à normalidade;
- Controlo administrativo que consiste em todo o processo administrativo, planeamento, organização e direção de processos.

⁴ Fonte: <http://pt.scribd.com/doc/70515255/ISA-315>. Acedido em 25 de Fevereiro de 2014.

⁵ Fonte: Manual do Revisor Oficial de Contas em <http://www.infocontab.com.pt/download./DRA/DRA410.pdf>. Acedido em 8 de Fevereiro de 2014.

Podemos verificar pelas definições apresentadas que o controlo interno compromete toda a organização/empresa e que deve existir uma boa estrutura de gestão suportada num bom SCI e informação contabilística credível para que os objetivos sejam atingidos. O controlo interno deve garantir a eficiência operacional e contribuir para um aumento da qualidade dos processos da entidade assim como dos seus resultados, tendo sempre em consideração as constantes alterações internas e externas ocorridas.

Em suma podemos afirmar que o controlo interno é uma atividade constituída por um conjunto de processos e procedimentos que visam garantir boas práticas de gestão e o cumprimento das políticas estabelecidas pelos órgãos de gestão, garantem também a execução dos planos estratégicos assim como o acompanhamento e supervisão das tarefas executadas no decurso da atividade de uma empresa.

1.2 Controlo interno e a sua implementação nas empresas

A implementação do controlo interno é condicionado e depende do ambiente empresarial em que está enquadrado, sendo importante considerar o nível de atitude geral, consciencialização e ações dos órgãos de gestão para com o SCI, determinando assim a importância que lhe é atribuída.

Nesta ótica, surgem dois trabalhos, Silva (2009) na sua dissertação de mestrado sobre “A importância atribuída pelos empresários da Grande Lisboa ao Controlo Interno” e Neves (2009) também na sua dissertação de mestrado sobre “Sistemas de controlo interno nas Pequenas e Médias Empresas no Concelho de Aveiro” que apresentam um estudo onde se pode observar o impacto desta temática e onde se pode verificar que, enquanto na primeira é atribuído um maior enfoque às grandes empresas, na segunda o destaque é dado às pequenas e médias empresas, podendo-se assim verificar como a importância do controlo interno e a falta de conhecimento sobre o mesmo se evidencia nas pequenas empresas de forma mais significativa.

No trabalho de Silva (2009) verifica-se que na análise efetuada 88% das empresas possuem ROC (Revisor Oficial de Contas), o que significa que por inerência ao seu trabalho de revisão e auditoria das contas estão alguns procedimentos de controlo interno e neste sentido estas empresas estão obrigadas a implementá-los. Também se constata que estas empresas têm contabilidade interna e que isso facilita o controlo interno contribuindo para uma maior ligação entre os sectores e maior facilidade na

deteção de falhas e correção das mesmas. Este estudo demonstra também que para a generalidade destas empresas existe uma aprovação e entendimento dos órgãos de gestão em relação ao controlo interno. Verifica-se também que a grande maioria das empresas analisadas, cerca de 82%, produz demonstrações financeiras intercalares, o que vem comprovar que há uma ligação entre a implementação de sistemas de controlo interno e a apresentação de reportes financeiros de qualidade e tempestividade. Por fim, o autor também refere que apesar destas empresas estarem sensibilizadas para o controlo interno ainda existem pontos que poderão ser aperfeiçoados.

Por outro lado, Neves (2009) efetua o seu estudo nas pequenas e médias empresas e desde logo separa aquelas que têm ROC, das que não têm e assim permite concluir-se que as empresas com ROC adotam um maior número de procedimentos de controlo interno, embora este estudo também saliente o facto de que mesmo as empresas que têm ROC possuem aspetos que devem ser melhorados.

Também Rocha (2009) através do seu projeto de mestrado em contabilidade denominado “Sistemas de Controlo Interno de Reporte Financeiro (SCIRF) no grupo EDP – Energias de Portugal” refere como o controlo interno pode garantir a fiabilidade da informação financeira e também atribuiu importância à sensibilização dos colaboradores para este assunto e como as tarefas desempenhadas por cada um podem afetar o resultado final, comprovando que o envolvimento de todos os departamentos da empresa em torno do sistema de controlo interno é crucial para a correta implementação e sucesso do mesmo. Neste caso concreto e por se tratar de uma empresa cotada, esta consciencialização é imposta por leis e regulamentos que assim a obrigam. Contudo o autor refere que a implementação do sistema de controlo interno permitiu uma melhoria significativa, nomeadamente na fiabilidade da informação financeira e do processo de reporte da mesma. Embora se trate de uma grande empresa e o âmbito deste trabalho são as micro e pequenas empresas, pode-se aferir que também nestas a implementação de um sistema de controlo interno contribuirá para atingir os objetivos definidos pela gestão.

1.3 Limitações do controlo interno

Um sistema de controlo interno não garante por si só o cumprimento dos objetivos descritos. A sua implementação ou a execução das suas orientações podem estar limitadas por certos fatores. Como refere Costa C. (2010) essas limitações podem

contribuir para que a empresa apresente nas suas operações erros, falhas e até mesmo possíveis fraudes.

Costa C. (2010) apresenta os seguintes aspetos como sendo limitativos do controlo interno:

- Certos hábitos existentes nas entidades e nos seus órgãos de gestão que dificultam a implementação com rigor de alguns procedimentos, abrindo a possibilidade a exceções que vão deturpar o controlo interno;
- O desinteresse dos órgãos de gestão e a falta de sensibilidade para o tema contribui para uma ineficiente implementação;
- Um outro aspecto é a relação entre o custo com a implementação de um SCI e os benefícios que poderão advir do mesmo;
- A dimensão da empresa também é determinante para um eficiente controlo interno, sendo mais fácil a sua execução numa grande empresa, do que, numa pequena empresa, dado que, uma pequena empresa tem menos meios e estrutura mais limitada. De certa forma está ligado com o aspeto anterior porque numa pequena empresa os custos de implementação vão ser superiores;
- Os sistemas informáticos que hoje são praticamente indispensáveis podem contribuir para fugas de informação ou falhas de segurança;
- Poderão sempre existir falhas humanas ou situações de conluio que permitem contornar os procedimentos do SCI e assim deturpar os resultados apresentados;
- Por último, aquando da construção e implementação do SCI podem existir operações pouco comuns ou que raramente acontecem e que não fiquem previstas no mesmo.

O IFAC (2009 § A5-A11) na diretriz internacional de auditoria 265 apresenta alguns casos de deficiências relevantes ao nível do controlo interno e que devem ser comunicadas pelos auditores aos órgãos de gestão das entidades auditadas. No mesmo documento também é realçado o facto de algumas das deficiências apresentadas poderem originar falhas no processo de reporte das demonstrações financeiras.

Pelo atrás apresentado, podemos comprovar que um bom SCI necessita de grande rigor e abrangência não se devendo descuidar nenhum aspeto da entidade onde o mesmo é implementado.

Podemos também verificar que as micro e pequenas empresas que são o escopo deste trabalho apresentam as maiores limitações na implementação e execução de um SCI, porque os pontos descritos acima acontecem de forma frequente nestas entidades e são também mais difíceis de ultrapassar.

1.4 Procedimentos contabilísticos

No que respeita aos procedimentos contabilísticos verificamos que a grande parte dos estudos divulgados se centram nas normalizações e regulamentações contabilísticas que no caso português se centra em torno do SNC (Sistema de Normalização Contabilística) e na sua aplicação ao nível da preparação das demonstrações financeiras. Verificamos também que a definição de procedimentos contabilísticos na perspetiva da prática contabilística, quando executada por pessoas de outros setores da empresa e que têm implicações nos dados que posteriormente são utilizados pela contabilidade, é um tema pouco aprofundado. Por outro lado o controlo interno tem um maior desenvolvimento nos estudos encontrados, embora relacionado com a área da auditoria.

No entanto Severo (2009) no seu trabalho final do mestrado de Gestão intitulado “Práticas de Contabilidade” relata a importância das práticas e procedimentos contabilísticos no estágio que efetuou e como isso pode influenciar o comportamento da gestão da empresa. Neste trabalho também se pode acompanhar as diversas atividades desenvolvidas ao nível contabilístico e como estas são transversais a todos os sectores da empresa, sendo necessário recolha de informação e correto tratamento documental para que a informação reportada seja fidedigna e possa apoiar os órgãos de gestão nas suas tomadas de decisão ou por outro lado a informação recolhida pode ser uma ferramenta de consulta sempre que necessário.

Também Costa A. (2010) num relatório de estágio relacionado com a “Gestão Financeira de Curto Prazo” evidencia a importância da execução das tarefas contabilísticas por forma a aumentar o nível da organização. Embora este trabalho tenha uma maior incidência ao nível da gestão financeira, acaba por estar relacionado com os procedimentos contabilísticos e neste sentido o autor refere que a empresa em causa denota défice organizacional ao nível administrativo e financeiro que se traduz em dificuldades ao nível comercial.

Em síntese, diversos autores abordam a temática do controlo interno e da sua importância para a gestão das empresas. Poucos relacionam o que os procedimentos

contabilísticos poderão contribuir para o aumento do controlo interno e em especial nas micro e pequenas empresas que é onde se verificam as maiores deficiências a este nível. Verificamos no entanto que como refere Carvalho (2011) possuir uma informação financeira correta e atempada é essencial para auxiliar o controlo de gestão, assim como suportar o controlo e decisão da atividade empresarial.

1.5 Contributo da contabilidade para o controlo interno

A contabilidade trata a informação que é recolhida e depois de devidamente registada de acordo com as orientações e regulamentos estabelecidos pelas entidades competentes, que no caso português é a CNC, constrói um conjunto de demonstrações financeiras que servirão diversos utentes identificados pela EC (Estrutura Conceptual) do SNC tais como os investidores, trabalhadores, clientes e fornecedores, assim como outras entidades que interajam com a empresa e que necessitem de analisar o seu desempenho ou posição patrimonial em determinado momento. No entanto e em primeiro lugar a informação gerada servirá os próprios órgãos de decisão das empresas para que possam verificar os resultados daquilo que aconteceu no passado, a análise de rúbricas específicas e os seus desvios, a evolução e comparação com outros casos e no final a base de trabalho para decisões futuras que pode implicar a correção de erros ou a implementação de novas medidas.

Figueiredo (2012) realça a importância das boas práticas contabilísticas na apresentação de demonstrações financeiras de qualidade, refletindo assim e como é referido na EC do SNC uma imagem verdadeira e apropriada do desempenho e da posição financeira de uma entidade. Figueiredo (2012) aborda também a questão do controlo interno dividindo em controlo interno contabilístico e administrativo, que numa pequena entidade estão relacionados pela sua grande interdependência.

Neste trabalho conclui-se também que a contabilidade contribuiu para a gestão eficaz dos recursos, sejam eles financeiros, humanos ou materiais. Revela-se ainda que para além de exercer atividades de controlo interno a contabilidade deve contribuir com orientações no sentido da obtenção de resultados.

1.6 Articulação entre o Controlo Interno e os Procedimentos Contabilísticos

O presente trabalho procura demonstrar a ligação existente entre a implementação de um sistema de controlo interno e os procedimentos contabilísticos, com especial impacto nas micro e pequenas empresas que não dispõem na sua estrutura de departamentos especializados nesta matéria e terão de recorrer a recursos externos para poder possuir este tipo de organização.

Como já foi referido o controlo interno tem diversos objetivos que para serem atingidos exigem a implementação de uma série de procedimentos internos nos vários departamentos da empresa/organização. Por outro lado todas as empresas são obrigadas por lei a possuir um sistema de contabilidade para dar cumprimento aos imperativos legais, nomeadamente ao apuramento dos seus impostos. A contabilidade para poder executar as funções a que está obrigada necessita de recolher diversa informação por parte da empresa. Estas informações são tratadas e agrupadas por forma a construir um reporte que permite dar resposta a diversas exigências, quer legais, quer ao nível dos órgãos de gestão.

Neste sentido a contabilidade é tanto mais fiável e precisa, quanto a informação recolhida na empresa. Significa que se a empresa possuir um sistema de controlo interno que permita a recolha de informações de forma organizada, estruturada, com rigor e fiabilidade, também o reporte de informação fornecido pela contabilidade é de melhor qualidade. Cria-se portanto um elo de ligação entre estes dois fatores, em que um contribuiu para uma melhor qualidade do outro e vice-versa.

Os executantes da contabilidade são detentores de conhecimentos técnicos que podem auxiliar a empresa a implementar procedimentos de controlo interno em virtude das mesmas não terem na sua estrutura elementos com esses conhecimentos e que possam aumentar os seus níveis de controlo, contribuindo para a eficiência da gestão no alcance dos objetivos propostos.

Grande parte das micro e pequenas empresas no decurso das suas atividades não se apercebe da importância que o controlo interno tem para evitar falhas e prejuízos que se refletem negativamente nos resultados.

Temos também o facto de muitos gestores ao não possuírem conhecimentos a este nível, não se mostrarem muito recetivos à aplicação destas medidas porque não vislumbram os resultados positivos que podem obter com elas.

1.7 O Caso Português

A economia portuguesa é constituída por um grande número de micro e pequenas empresas que segundo a classificação atribuída pela Recomendação da Comissão Europeia 96/280/CE⁶ no seu artigo 2.º são aquelas que possuem um volume de negócios inferior a 10 milhões de euros e empregam menos de 50 pessoas. Estas empresas representam 99,37%⁷ do total das empresas portuguesas. O desenvolvimento da atividade destas empresas influencia de forma determinante o desempenho da economia portuguesa.

Por outro lado Portugal vem apresentando nos últimos anos fortes debilidades económicas e que se acentuaram drasticamente com a crise mundial que se iniciou em 2007 e que culminou no pedido de auxílio financeiro às instâncias internacionais, FMI (Fundo Monetário Internacional), CE (Comissão Europeia) e BCE (Banco Central Europeu) em Maio de 2011⁸. Todo este cenário veio expor as fragilidades das empresas portuguesas e as micro e pequenas empresas foram as mais atingidas, porque não possuíam capacidade de resposta a todas estas dificuldades.

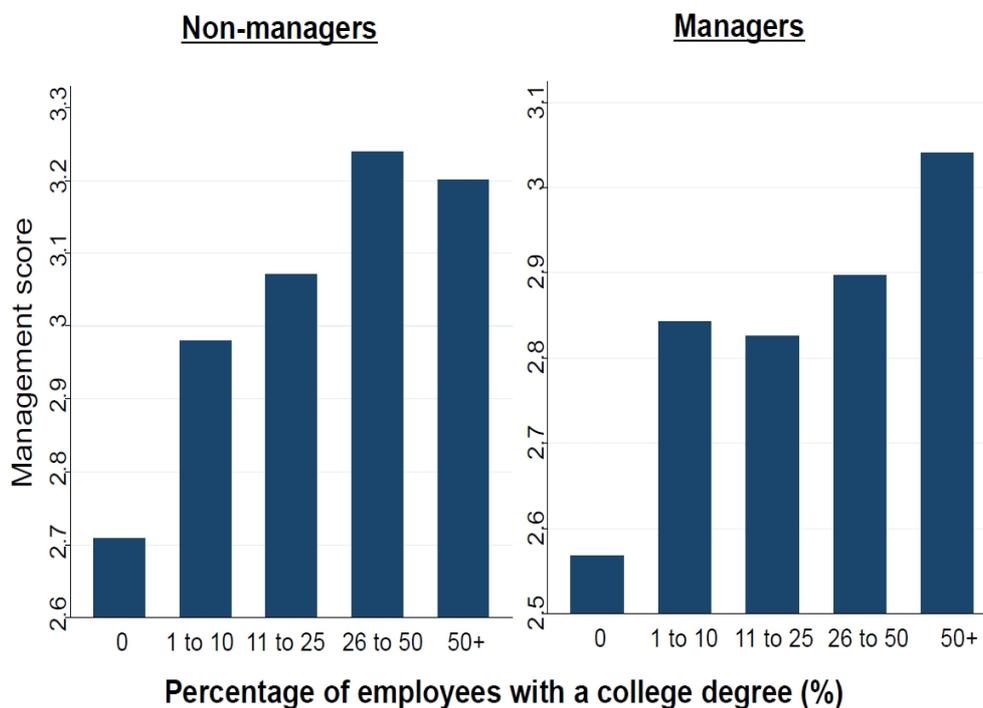
No estudo efetuado por Bloom N. et al (2012) sobre as práticas de gestão a nível mundial, Portugal aparece no fundo da lista junto da Grécia e de algumas economias emergentes mas ainda em desenvolvimento como o Brasil, a China e a Índia. Neste estudo também é demonstrado que em Portugal as melhores práticas de gestão são implantadas pelas empresas multinacionais, ou seja, aquelas que apresentam estruturas já muito bem organizadas e que se situam ao nível das grandes empresas, representando assim uma faixa muito pequena das empresas portuguesas. Os autores referem também que as boas práticas de gestão estão relacionadas com o capital humano e que este fator mostra diferenças ao nível da produtividade e eficiência. No estudo é revelado que quanto maior for o número de gestores com qualificações superiores, melhores são os resultados ao nível da gestão.

⁶ Fonte: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:124:0036:0041:pt:PDF> , pág. 4. Acedido em 2014-02-16

⁷ Fonte: INE: Empresas em Portugal 2009, pág. 12

⁸ Fonte: <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2011/pr11160.htm>. Acedido em 2014-02-16

Figura 1 – Education for non-managers and managers appears linked to better management



Fonte: Bloom N. et al (2012).

Suportado neste estudo e efetuando uma ligação com a realidade portuguesa em Sá (2011) Ricardo Reis concorda com os resultados apresentados no estudo de Bloom N. et al (2012) e sublinha o facto de muitos gestores portugueses não estarem preparados para as funções que executam e que este facto estará relacionado com a fraca performance dessas empresas. Realça também que o facto das empresas multinacionais conseguirem aplicar práticas de boa gestão em Portugal reflete que os elementos das empresas quando bem dirigidos também conseguem ser eficientes.

PARTE II – METODOLOGIA

2.1. Estudo Empírico e Metodologia

O estudo efetuado pretende averiguar através dos TOC's (Técnicos Oficiais de Contas) a importância que os procedimentos contabilísticos têm na melhoria dos sistemas de controlo interno das micro e pequenas empresas e complementarmente qual a opinião

dos TOC's sobre a sensibilidade que os gestores dessas empresas demonstram sobre estes temas.

Nos pontos anteriores foi efetuada um enquadramento teórico do tema que permite clarificar alguns conceitos assim como a abordagem das matérias que serão objeto do estudo empírico que será apresentado a seguir.

Como refere Hill e Hill (2012) uma investigação empírica consiste num número de observações que auxiliam a estudar um determinado fenómeno. Referem também os autores que nas ciências sociais como em todas as ciências naturais a investigação empírica contribui para a construção de explicações ou teorias mais adequadas a determinado problema.

Optou-se por um método quantitativo que conforme descreve Silvestre e Araújo (2011) permitirá estabelecer uma relação causa efeito e generalizar as conclusões do estudo. Assim o questionário foi a forma de recolha de dados escolhida e que Silvestre e Araújo (2011) indicam como sendo o principal meio para recolher informação no método quantitativo e cujas respostas serão analisadas de forma descritiva.

Após o descrito no enquadramento teórico e sendo o objetivo deste trabalho a demonstração da importância que a contabilidade através dos procedimentos contabilísticos poderão ter nos sistemas de controlo interno nas micro e pequenas empresas, optamos por realizar um questionário direcionado aos TOC's.

A divulgação do questionário foi efetuada através do envio por correio eletrónico para uma lista de TOC's, obtida através de pesquisa na *internet* de gabinetes e empresas da área da contabilidade a nível nacional. No entanto as respostas obtidas nesta abordagem inicial foram muito reduzidas e ficaram aquém das expectativas. Numa segunda fase e com o objetivo de conseguir uma amostra credível, foi solicitado o apoio da OTOC e da APECA para auxiliarem na divulgação do questionário junto do maior número possível de TOC's. A OTOC disponibilizou a possibilidade de colocar um *link*⁹ no seu *site* oficial e a APECA efetuou a divulgação direta junto dos seus membros. Estas medidas revelaram-se determinantes para que o nível de respostas aumentasse e assim conseguiu-se atingir as 379 respostas.

Com este estudo pretendemos aferir pela opinião dos TOC's qual a importância que os procedimentos contabilísticos podem ter na implementação e aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno nas micro e pequenas empresas.

⁹ <http://www.otoc.pt/pt/noticias/inquerito-sobre-os-procedimentos-contabilisticos-e-o-controlo-interno/>

Com base neste ponto de partida, formulamos a seguinte hipótese de estudo:

H: Qual o contributo dos procedimentos contabilísticos no âmbito do controlo interno nas pequenas empresas?

PARTE III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário teve como destinatários os TOC's. Esta escolha deve-se ao facto de os TOC's em resultado das funções que executam terem um relacionamento de maior proximidade com os órgãos de gestão nas micro e pequenas empresas e também por se encontrarem familiarizados com as estruturas e formas de organização. São também estes que detêm uma perfeita noção das deficiências existentes ao nível do controlo interno nas empresas. Essas deficiências refletem-se no trabalho que executam e têm maior impacto nas demonstrações financeiras que acabam por não refletir de forma verdadeira e apropriada a realidade económico-financeira das empresas.

3.1 Apresentação dos resultados obtidos

De seguida analisaremos os resultados obtidos no questionário efetuado. O questionário encontra-se estruturado em várias fases.

Numa primeira fase e embora o questionário fosse dirigido aos TOC's procurou-se excluir respostas de quem acesse ao questionário mas não exercesse funções de TOC, atualmente.

Perante isto, observou-se que das 379 respostas obtidas, apenas 331 serão consideradas para análise, pelo facto de serem aqueles que exercem funções de TOC.

Com o intuito de caracterizar a amostra, procurou-se também enquadrar os TOC's que aderiram a responder ao questionário por facha etária e, neste sentido analisar se o nível de experiência na atividade.

Verificou-se que a maioria das respostas obtidas enquadrou-se nos escalões etários entre os 31 e os 60 anos, com equilíbrio entre os três escalões que abrangem esta faixa etária, ficando com mais respostas a faixa de técnicos entre os 31 e os 40 anos, com 96 respostas num total de 331, representando 29%. Pode-se afirmar que serão técnicos com maior experiência no exercício da sua atividade.

Das respostas obtidas apurou-se que 36,56% dos TOC's exerce funções em mais de 30 empresas, os três escalões anteriores apresentam resultados divididos e apenas 16 técnicos afirmam exercer funções em apenas 1 empresa. Podemos estimar que os técnicos que responderam ao questionário exercem funções em mais de 6500 empresas. Era também necessário comprovar o peso que as micro e pequenas empresas têm no total das empresas em que os TOC's exercem funções e orientar o questionário para estas empresas que são o alvo deste estudo.

Em função do apoio prestado pela OTOC e pela APECA à divulgação do questionário o público-alvo foi maioritariamente TOC's a exercer funções em gabinetes de contabilidade e como tal em regime de *outsourcing*. Das respostas obtidas verifica-se que as micro e pequenas empresas representam grande parte da amostra recolhida, sendo que, 82,47% dos TOC's inquiridos afirma que estas empresas representam entre 90% a 100% das empresas em que exercem funções. Perante estes resultados depreendemos que todos os TOC's inquiridos têm contacto com micro e pequenas empresas.

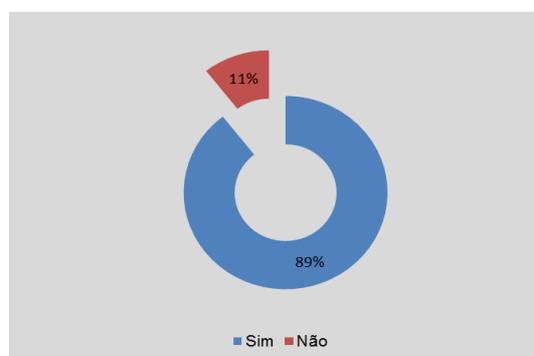
Este resultado atribui sustentabilidade ao estudo realizado porque garante que estamos perante uma amostra relevante para o objeto de estudo.

Efetuada a caracterização da amostra apresenta-se com a segunda fase do questionário os resultados relacionados com as perguntas que visam apurar as deficiências de controlo interno detetadas pelos TOC's nas micro e pequenas empresas.

Na questão onde se perguntava se os TOC's consideravam que as empresas, onde exercem funções apresentam deficiências ao nível de procedimentos de controlo interno, obteve-se as seguintes respostas:

Figura 2 - Quadro e gráfico representativo das respostas a esta questão

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	296	89%
Não	35	11%
Total	331	100%



Fonte: Elaboração própria (2014).

Nesta questão pode-se constatar que os TOC's inquiridos na sua grande maioria, representando 89% das respostas obtidas, são da opinião de que as micro e pequenas empresas apresentam deficiências ao nível do controlo interno.

Depois de apurada a percentagem de empresas que se enquadram no objeto de estudo do trabalho, ou seja, aquelas que na ótica dos TOC's apresentam deficiências de controlo interno, procurou-se avaliar, numa perspetiva contabilística, as áreas onde essas deficiências possuem maior relevo.

As opções de resposta estão divididas por grandes grupos mas que englobam áreas das empresas onde normalmente se verificam as deficiências de controlo interno. As áreas abordadas foram, os inventários, os ativos fixos, o controlo de terceiros, as contas bancárias, o caixa e o controlo/planeamento da tesouraria.

Verifica-se que de um modo geral, as deficiências preenchem todas as áreas apresentadas, no entanto, apurou-se que a rúbrica dos inventários se destaca com 28,22% das respostas, ficando as restantes rúbricas entre os 10% e os 15% com exceção da rúbrica residual que apenas obteve 5,08% das respostas.

Apresenta-se de seguida a análise em pormenor de cada uma das principais rúbricas:

Inventários

A frequência com que é efetuado um inventário físico numa empresa é dos indicadores que indica o nível de controlo que existe sobre os inventários¹⁰ que se encontram em poder das empresas.

Pode-se verificar pelos resultados apresentados que 84,29% das empresas realiza um inventário no final do ano. Por outro lado é de realçar que 4,23% efetua um inventário mensal, que é um fator positivo e 8,16% nunca chega a realizar inventário dos seus inventários, o que se considera bastante negativo.

¹⁰ Terminologia adotada pelo novo normativo contabilístico, o SNC que se encontra em vigor desde o ano de 2010 e onde os inventários são estudados na NCRF 18. Antes, quando vigorava o POC (Plano oficial de contabilidade) denominavam-se "Existências".

A predominância dos inventários anuais, poderá estar relacionada com a imposição legal de apresentar os inventários no final de ano para apuramento dos resultados da atividade económica.

Pretendia-se ainda verificar até que ponto os valores apurados nos inventários realizados nas empresas são iguais aos registados na contabilidade, sem considerar as imposições legais.

As respostas apresentam um certo equilíbrio contudo, 40% dos TOC's afirma que os inventários "reais" são diferentes daqueles que se encontram registados na contabilidade e 60% dos TOC's considera que os inventários estão uniformes com a contabilidade.

Ativos Fixos Tangíveis

Seguindo para outra rúbrica em análise, o questionário proclina-se agora sobre os ativos fixos, procurando apurar o nível de controlo existente.

Verifica-se que 61,63% dos TOC's considera que o controlo dos ativos fixos nas empresas é efetuado através da construção de fichas completas dos bens, onde é descrita as suas características, assim como data e valor de aquisição. No outro extremo, apenas 12,08% das respostas obtidas afirmam não existir nenhum controlo a este nível.

Neste ponto pensamos que deveríamos ter colocado uma outra questão relacionada com os ativos fixos e que consistiria em apurar se os bens existentes nas empresas estavam de acordo com os registados na contabilidade.

Controlo de Terceiros

Uma outra rúbrica em análise consiste no controlo das contas correntes de terceiros, ou seja, clientes, fornecedores, ou ainda outros devedores e credores. Esta questão apresenta uma importância acrescida ao nível do controlo de tesouraria que será verificado mais à frente.

Verifica-se que a este nível 89% das respostas obtidas afirmam existir um controlo desta rúbrica que, significa uma grande maioria da amostra.

Apenas 11% dos inquiridos afirmam não existir controlo de terceiros. Sendo um valor baixo, ainda é considerável.

Procura-se ainda aferir se existe controlo das tarefas de pagamentos e recebimentos. À semelhança dos resultados apresentados da questão anterior, também aqui e com alguma coerência se verifica que 88% das respostas afirmam existir esse controlo.

No que respeita à relação que existe entre os dados apurados pela empresa e aqueles que se encontram nos registos contabilísticos, observa-se que a grande maioria das respostas recai sobre a opção afirmativa, atingindo 79% das respostas e consideram assim os TOC's que em grande parte das empresas as contas correntes estão em conformidade com a contabilidade. Ainda assim verifica-se que 21% das respostas apontam para que as contas correntes refletidas na contabilidade não demonstrem os valores corretos.

Contas Bancárias

É agora abordada a rúbrica das contas bancárias, entrando no campo de análise do controlo da tesouraria. Procura-se aqui determinar o nível de controlo existente nesta área.

De forma idêntica às respostas obtidas na rúbrica das contas correntes também aqui se verifica que a maioria das empresas, segundo a opinião dos TOC's inquiridos, efetua a conciliação bancária, ou seja, 73% dos TOC's considera que as empresas controlam as suas contas bancárias efetuando a conferência dos movimentos ocorridos nas mesmas.

Já por outro lado verifica-se que 27% das respostas obtidas consideram que não existe por parte das empresas a conferência dos movimentos bancários.

Caixa

Chega-se neste ponto do questionário a uma das rúbricas mais críticas do controlo das empresas, que consiste no Caixa, ou seja, nos valores mais pequenos, de movimentação diária e que muitas vezes está relacionado com os movimentos bancários.

Nesta questão e em sentido inverso do apurado na questão das contas bancárias, 58% dos TOC's inquiridos respondeu que as empresas não controlam o caixa. Das respostas obtidas nesta questão apurou-se também que 42% dos TOC's afirmou que as empresas controlam o seu caixa.

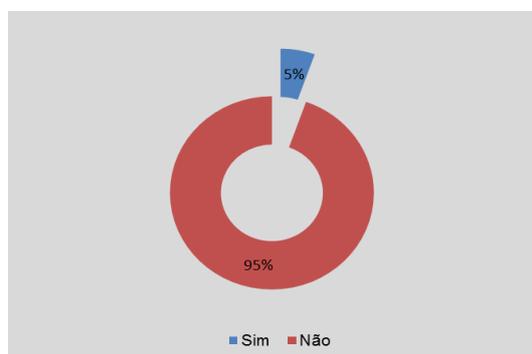
Em relação à conformidade entre os valores reais do caixa da empresa e aqueles que estão nos registos contabilísticos, 57% dos TOC's respondeu que não existe conformidade entre o valor do caixa registado na contabilidade e naquele que realmente existe na empresa. Estes resultados são uma consequência do facto de sensivelmente o mesmo número de TOC's ter considerado na resposta anterior que as empresas não tinham o caixa controlado. Na outra perspetiva apresenta-se que 43% dos inquiridos revela que o valor do caixa da empresa está em conformidade com o registado na contabilidade.

Controlo de Tesouraria

Procura-se nesta fase do questionário apurar junto dos TOC's se existe algum planeamento associado ao controlo por parte das empresas, com especial incidência na tesouraria. E na questão em que se procurava saber se as empresas preparavam orçamentos de tesouraria, obtivemos as seguintes respostas:

Figura 3 - Quadro e gráfico representativo das respostas a esta questão

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	18	5%
Não	313	95%
Total	331	100%



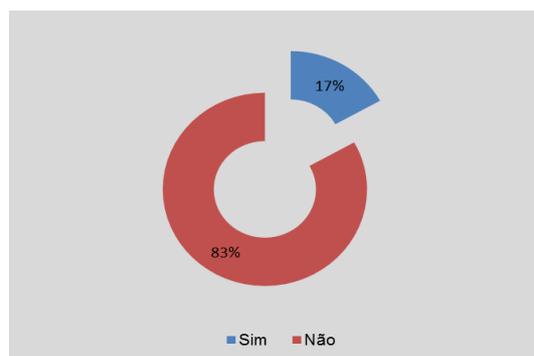
Fonte: Elaboração própria (2014).

Verifica-se que 95% dos inquiridos respondeu que as empresas não preparam orçamentos de tesouraria, ou seja, na opinião dos TOC's desta amostra assume que a esmagadora maioria das empresas não utiliza esta ferramenta de planeamento e controlo das finanças da empresa. Apenas 5% dos TOC's afirma que as empresas constroem orçamentos de tesouraria.

Pretende-se agora aferir a utilidade que as empresas atribuem à informação contabilística numa ótica de suporte para construção de mapas de planeamento e neste sentido, obtivemos os seguintes resultados:

Figura 4 - Quadro e gráfico representativo das respostas a esta questão

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	56	17%
Não	275	83%
Total	331	100%



Fonte: Elaboração própria (2014).

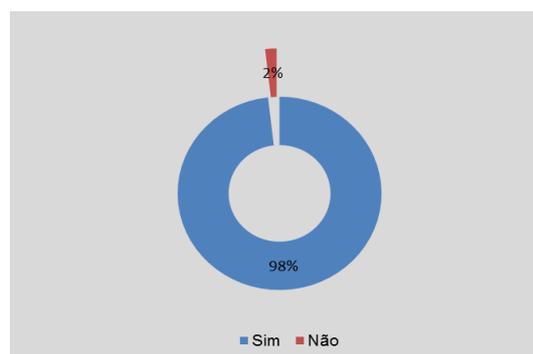
Nas respostas a esta questão verifica-se que 83% dos TOC's acham que as informações disponibilizadas pela contabilidade não são utilizadas pelas empresas para a construção de mapas previsionais, representando aqui também uma esmagadora maioria da amostra. Dos resultados obtidos 17% dos inquiridos admite que as empresas utilizam as informações contabilísticas para a construção de orçamentos previsionais.

Entrando numa outra fase do questionário, as próximas questões tentam averiguar junto da amostra a relação entre os procedimentos contabilísticos e o controlo interno.

Apuradas as deficiências que as empresas apresentam, importa agora atestar se a contabilidade pode contribuir para o aumento do controlo interno nas empresas. Referente a esta questão que responde em concreto à nossa hipótese de estudo, obtivemos os seguintes resultados:

Figura 5 - Quadro e gráfico representativo das respostas a esta questão

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	325	98%
Não	6	2%
Total	331	100%



Fonte: Elaboração própria (2014).

Praticamente a totalidade da amostra, num total de 98%, considera que os procedimentos contabilísticos podem dar suporte e contribuir para o aumento dos níveis de controlo interno nas empresas. Apenas 2% dos TOC's consideram que os procedimentos contabilísticos não podem contribuir para o melhoramento do controlo interno nas empresas.

Na fase final do questionário pretende-se estabelecer uma relação entre a formação académica dos gestores das empresas em causa neste questionário e a importância que estes atribuem aos temas do controlo interno e da contabilidade.

Verifica-se que o ensino profissional e o ensino superior são as opções de resposta que acolhem menos inquiridos totalizando 6,95% e 9,37% respectivamente. Por outro lado, a opção com maior percentagem de respostas é o ensino secundário com 57,10% e é de referir ainda o facto de o ensino básico ainda representar 26,59% dos resultados obtidos.

Seguindo o raciocínio que originou a questão anterior, procura-se agora averiguar o ponto de literacia dos gestores em relação ao controlo interno. Verifica-se que para a maior parte dos TOC's os conhecimentos dos gestores das micro e pequenas empresas acerca do tema controlo interno é pouco ou nenhum, representando estas duas opções cerca de dois terços do total das respostas com 56,80% e 10,88% respetivamente. Apenas 4,23% dos TOC's considera que o conhecimento dos gestores a este nível é elevado e 28,10% atesta que os gestores têm algum conhecimento do tema. Salienta-se portanto o facto de os gestores apresentarem de uma forma geral um nível baixo de conhecimentos sobre o tema do controlo interno.

Coloca-se agora a mesma questão mas na importância atribuída à contabilidade pelos mesmos gestores dessas empresas. Embora com uma percentagem inferior à questão anterior, apura-se nesta questão que segundo os TOC's questionados, 46,53% considera que os gestores atribuem pouca ou nenhuma importância à contabilidade. Quase com a mesma relevância, 45,02% considera que os gestores concedem alguma importância à contabilidade e apenas 8,46% dos inquiridos observa que os gestores dão muita relevância à contabilidade. À semelhança da questão anterior releva-se o facto de uma percentagem significativa dos inquiridos aferirem que os gestores atribuem pouca ou nenhuma importância à contabilidade.

Mantendo o objeto do estudo realizado, questionou-se os TOC's se os gestores utilizariam a contabilidade como uma ferramenta que os pudesse auxiliar a implementar ou aumentar os níveis do controlo interno nas suas empresas. Procuramos também aqui determinar se a contabilidade poderá ser vista como uma ferramenta de apoio à gestão e não somente o instrumento para cumprimento das obrigações legais.

Em resposta à questão colocada, 49% dos inquiridos não acredita que os gestores atentem a contabilidade como um instrumento de apoio ao controlo interno. A opção “talvez” acolheu 28% das respostas e apenas 23% dos TOC's pensa que os gestores utilizariam a contabilidade como suporte para a implementação ou aperfeiçoamento dos procedimentos de controlo interno. Das respostas obtidas distingue-se o facto de segundo a apreciação dos TOC's auscultados quase metade revela que os gestores não vêem na contabilidade uma ferramenta de auxílio ao controlo interno.

Finalmente, tentamos apurar até que ponto os gestores recorrem ao TOC, como técnico especializado nestas matérias para obterem apoio e cooperação na implementação, ou aplicação de métodos de controlo interno. É possível confirmar que das respostas obtidas 59% dos inquiridos afirma que é procurado pelos gestores com intuito de obterem ajuda ao nível do controlo interno nas suas empresas. Os restantes 41% afirmam que não. Sendo uma questão em que as respostas se dividiram a tendência foi para o afirmativo.

Esta questão conjugada com a que os TOC's consideram que a maioria dos gestores não apresentam conhecimentos ao nível do controlo interno, suporta o facto de estes terem

de recorrer aos TOC's para obterem esses conhecimentos e deste facto advém o resultado apresentado nesta questão.

A última questão do questionário apenas foi respondida por aqueles que optaram pela resposta afirmativa na questão anterior e tenciona apurar com que frequência são os TOC's consultados sobre esta matéria, com maior ou menor regularidade.

Dos TOC's questionados apurou-se que daqueles que são consultados pelos gestores para auxílio nas tarefas de controlo interno, 43,56% é consultado algumas vezes, sendo a opção com maior número de respostas. As restantes apresentam uma divisão semelhante com 27,72% os TOC's que poucas vezes são consultados, com 16,34% aqueles que afirmam serem consultados muitas vezes e por fim com 12,38% os que escassas vezes são procurados por este motivo.

3.2 Principais conclusões do questionário realizado

Os resultados obtidos e descritos no ponto anterior resultaram da resposta de 379 técnicos oficiais de contas. Destes apenas se considerou as respostas de 331 porque, são aqueles que realmente exercem funções de TOC, ou seja, são responsáveis por contabilidades e assinam contas, correspondendo aos objetivos propostos neste estudo.

Da consulta efetuada é de realçar que 78% dos inquiridos têm idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos e que a esmagadora maioria exerce funções em micro e pequenas empresas que, representa o campo de análise deste estudo. Estes dois pontos classificam a amostra como relevante e satisfatória para obter conclusões para este estudo.

De seguida e circunscrevendo as questões às micro e pequenas empresas verificou-se que segundo os inquiridos 89% afirma existirem deficiências de controlo interno nessas empresas. Também se apurou que essas deficiências abrangem várias áreas, destacando-se com 28% das respostas a rúbrica dos inventários. No entanto, 84% declarou que os inventários físicos são realizados uma vez por ano e 60% que os mesmos estão de acordo com os registados na contabilidade. Dado que o inventário intermitente é imposto pelo normativo contabilístico julgamos ser este aspeto que influencia o facto da maioria das empresas realizar o inventário anualmente.

Na rúbrica de ativos fixos, 62% atestou que os bens são controlados através de fichas completas com as características, data e valor de aquisição. Pensamos que nesta rúbrica

faltou uma questão onde fosse possível apurar se os bens existentes nas empresas estão de acordo com os registados na rúbrica de ativos fixos na contabilidade.

Ao nível da rúbrica do controlo das contas correntes de terceiros verificou-se que as empresas vão efetuando algum controlo e é a rúbrica em que se obteve melhores resultados, com 89%, a afirmar que esse controlo é efetuado.

Nas rúbricas conta bancária e caixa evidenciaram uma diminuição desse controlo, com especial relevo para o caixa onde 58% nega que as empresas tenham o caixa controlado e 57% refere que o valor do caixa é diferente daquele que se encontra registado na contabilidade. Ao nível das contas bancárias 78% revela que é efetuada conciliação bancária.

O questionário centrou-se, numa fase posterior nas questões relacionadas com planeamento e controlo da tesouraria e, aqui verificou-se que 95% respondeu que as empresas não constroem orçamentos de tesouraria e 83% refere que as empresas não utilizam a informação contabilística para preparação de orçamentos previsionais.

Quando questionados sobre se os procedimentos contabilísticos poderiam aumentar os níveis de controlo interno nas empresas, as respostas foram quase unânimes com 98% a confirmar que sim.

Procurou-se também estabelecer uma relação causa efeito entre as habilitações literárias dos gestores das micro e pequenas empresas e o seu nível de conhecimento do controlo interno, assim como da importância atribuída à contabilidade como ferramenta de apoio à gestão. Verificou-se que 57% dos inquiridos sustenta que os gestores têm o ensino secundário, 27% o ensino básico e apenas 9% o ensino superior. No que respeita ao nível de conhecimento da temática de controlo interno 58% aponta para pouco e 28% para algum, o que revela que o tema não é muito relevante para os gestores, na opinião dos TOC's. Por fim e referindo a importância que é atribuída à contabilidade por parte dos gestores, 45% sustenta que é alguma e 41% pouca, apenas 8% na ótica dos inquiridos atribui muita importância à contabilidade.

Como complemento do aferido no parágrafo anterior 49% dos inquiridos não considera que os gestores vejam a contabilidade como uma ferramenta de auxílio ao controlo interno, 28% declara que talvez seja e apenas 23% é da opinião que os gestores vêem na contabilidade um instrumento de apoio ao controlo interno.

Por último e na parte final do questionário é averiguado a frequência com que os TOC's são procurados na busca de auxílio na temática de controlo interno. A esta questão, 59%

afirma que não é consultado para este efeito e dos 41% que o é, 44% acontece com alguma frequência e 28% com pouca frequência.

Os resultados obtidos no estudo realizado possibilitam dar resposta à hipótese formulada e, concluir que os TOC's consideram que a contabilidade, através dos procedimentos contabilísticos, pode contribuir para um aumento do controlo interno nas micro e pequenas empresas que apresentam deficiências a este nível, essas deficiências afetam várias áreas das empresas.

Paralelamente à questão principal também se pode concluir que, pela opinião dos TOC's, os gestores das micro e pequenas empresas não atribuem uma grande importância ao controlo interno, assim como, à contabilidade no âmbito do controlo interno. Conclui-se ainda que as empresas não se suportam da informação contabilística para a construção de mapas e orçamentos previsionais.

CONCLUSÃO

O objeto de estudo do presente trabalho incidiu sobre os procedimentos contabilísticos e sua importância no controlo interno, procurando apurar a importância que os primeiros poderão ter para o melhor funcionamento do último. O estudo restringiu-se às micro e pequenas empresas, porque estas representam a grande parte das empresas portuguesas. Numa componente teórica, foram abordados os conceitos inerentes a estas matérias, sendo que ao nível da contabilidade limitou-se o âmbito aos procedimentos contabilísticos que poderão auxiliar a implementação e melhoramento dos processos de controlo interno nas empresas. Verificaram-se os estudos realizados sobre esta matéria e, no enquadramento efetuado antes da apresentação do estudo, referiu-se o caso português, onde se evidenciou as características específicas do tecido empresarial português.

O estudo realizado consistiu na realização de um questionário dirigido aos TOC's com o objetivo principal de aferir se os procedimentos contabilísticos poderiam contribuir para o aumento dos níveis de controlo interno nas micro e pequenas empresas.

Verificou-se da análise realizada que as micro e pequenas empresas têm um grande peso na amostra selecionada e que na sua grande maioria apresentam deficiências ao nível do controlo interno. Essas deficiências revelam-se em várias áreas que se encontram relacionadas com a contabilidade.

Na observação efetuada foi perceptível que as empresas desta dimensão não atribuem muita importância ao planeamento e, como tal, de um modo geral, não constroem orçamentos de tesouraria nem mapas previsionais, também não atribuem uma grande relevância à contabilidade, nem se valem das informações que esta poderá fornecer para apoiar os órgãos de gestão nas decisões a tomar.

Segundo a opinião dos TOC's aferida no estudo efetuado os procedimentos contabilísticos poderão contribuir para melhorar o controlo interno nas empresas. Contudo, e, conforme se comprovou no estudo, os conhecimentos dos órgãos de gestão sobre o controlo interno são insuficientes e, nesta medida, não alcançam os benefícios que podem advir de um eficiente controlo interno e do que isso poderia contribuir para melhorar os resultados das empresas.

Conclui-se também que a contabilidade e em concreto os procedimentos contabilísticos não são vistos pelos órgãos de gestão destas empresas como uma ferramenta de apoio à gestão e de auxílio na tomada de decisão, o que poderá estar relacionado com o nível de habilitações literárias dos gestores que ainda é bastante baixo.

No decurso da execução do trabalho foram surgindo alguns constrangimentos que foram limitando a amplitude do estudo. Desde logo o facto da literatura e estudos existentes sobre esta matéria, nesta perspetiva, serem em número muito reduzido, nomeadamente ao nível internacional, dado que, o caso português ao nível empresarial é bastante específico pelo elevado número de micro e pequenas empresas existentes. Ao nível do questionário também se verificaram algumas limitações pelo facto da dificuldade em conseguir uma amostra de número razoável. É sabido a aversão existente aos questionários e embora se tivesse a preocupação de construir um questionário curto e conciso é sempre complicado de obter a recetividade desejada.

Como comentário final podemos referir que o facto de as empresas melhorarem o seu controlo interno e disponibilizarem informações rigorosas e credíveis à contabilidade, esta poderá construir informação de qualidade acrescida que, por sua vez, servirá melhor os órgãos de gestão e os demais *stakeholders*.

Por fim apresentamos algumas limitações e sugestões para trabalhos futuros. Como limitações evidenciamos a dificuldade na obtenção de respostas ao inquérito. Como sugestões sugerimos a realização do mesmo inquérito a entidades com Certificação Legal das Contas a fim de aferir se o resultado seria o mesmo, bem como também a realização do mesmo inquérito aos Órgãos de Gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AICPA. (2007). AU Section 319 - Consideration of Internal Control in a Financial Statement Audit, 08. Acedido em 2014-01-26, de http://pcaobus.org/Standards/Auditing/Pages/AU319.aspx#ps-pcaob_86e651e4-d8dd-407a-9487-ab1c7a6dd22e

Almeida, M. C. (1996). *Auditoria: um curso moderno e completo*. Atlas.

Altamuro J. e Beatty A. (2009). How does internal control regulation affect financial reporting? *Journal of accounting and economics*.

Bloom N., Genakos C., Sadun R. e Van Reenen J. (2012), Management practices across firms and countries, *National Bureau of Economic Research*.

Bordin P. e Saraiva C.J. (2005). O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis. *Revista electrónica de contabilidade, curso de ciências contábeis UFSM*.

Carvalho J. E. (2011). *Gestão de empresas – Princípios fundamentais*. Edições Sílabo, 2.^a Edição.

Chiavenato, I. (1994). *Administração - Teoria, Processo e Prática*. Makron Books, 2.^a Edição.

COSO. (2013). Internal Control - Integrated Framework: Executive Summary. Acedido em 2014-01-27, de http://www.coso.org/documents/990025P_Executive_Summary_final_may20_e.pdf.

Costa A.F.F. (2010). *Gestão financeira a curto prazo*. Relatório de estágio do mestrado em gestão. Faculdade de economia da universidade de Coimbra. 71 pp.

Costa C.B. (2010). *Auditoria Financeira – Teoria & Prática*. 9.^a Edição, Rei dos Livros.

Feng M., Li C. e McVay S. (2009). Internal control and management guidance. *Journal of accounting and economics*.

Figueiredo C. M. A. (2012). *O contributo de boas práticas contabilísticas para uma auditoria financeira eficaz*. Dissertação de mestrado em Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. 101 pp.

Hill, A. e Hill M.M. (2008). *Investigação por questionário*. Edições Sílabo, 2.^a edição.

IFAC. (2009). Section A5-A11 – International Standard on Auditing 265. Acedido a 21 de Fevereiro de 2014, de <http://www.ifac.org/sites/default/files/downloads/a015-2010-iaasb-handbook-isa-265.pdf>.

Instituto Nacional de Estatística (2011). *Empresas em Portugal 2009*. Acedido em 1 de Dezembro de 2012, em: <http://www.ine.pt>.

Neves J.F.N. (2009). *Sistemas de controlo interno nas pequenas e médias empresas no concelho de Aveiro*. Dissertação de mestrado em contabilidade e auditoria. Universidade de Aveiro. 157 pp.

Oliveira, M. C.; Linhares, J. S. (2006). A implementação de controle interno adequado às exigências da lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – Um estudo de caso.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2000). *Directriz de Revisão/Auditoria 410 – Controlo Interno*. Acedido em 1 de Dezembro de 2012, em: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/DRA410.pdf>.

Pang Y. e Shi D. (2009). Integration of internal control and risk management. *International conference of Business intelligence and financial engineering*.

Rocha L.F.B. (2009). *Sistemas de controlo interno de reporte financeiro (SCIRF) no grupo EDP – energias de Portugal*. Projecto de mestrado em contabilidade. ISCTE – Instituto universitário de Lisboa. 89 pp.

Sá J. V. (2011). *Portugal e o Futuro*. Vida Económica.

Severo A.F.N. (2009). *Práticas de contabilidade*. Relatório de estágio do mestrado em gestão. Faculdade de economia da universidade de Coimbra. 64 pp.

Silva C.R.T.R.A. (2009). *A importância atribuída pelos empresários da grande Lisboa ao controlo interno*. Dissertação de mestrado em contabilidade e auditoria. Universidade de Aveiro. 171 pp.

Silvestre H. C. e Araújo J. F. (2011). *Metodologia para a investigação social*. Escolar editora.

How to cite this article:

Carvalho, C. & Martins, C. Q. (2015). Procedimentos Contabilísticos e o Controlo Interno nas Pequenas Empresas. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*. 1 (1), 33-63 Disponível em <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/PJFMA>